

Leonidas diz que vai 'trabalhar' contra turno de 6 horas

"A jornada de seis horas vai trazer prejuízos"

Esta é a íntegra da declaração do ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves:

"São inúmeras os itens que eu gostaria de ver suprimidos do texto da Constituição que foi votado no primeiro turno e eu não teria condições de dizer agora aqui por que nós não ficamos apenas nas coisas de interesse específico nosso, também ajudamos o governo com a nossa equipe de assessores nas coisas de interesse geral. Eu acho que são vários os pontos difíceis e polêmicos que terão de ser alterados na votação do segundo turno. Só para ter uma idéia, não vou nomeá-los, são, na minha opinião, 42.

A jornada de seis vai trazer sérios prejuízos à siderurgia nacional. Fui procurado por empresários de multinacionais que me expuseram as dificuldades e concordei com eles que esse tempo esse horário de trabalho é muito prejudicial. O prejuízo é de horário de trabalho. Os ciclos de seis horas não se harmonizam com os interesses. Vou trabalhar contra isso mas não pessoalmente."



O ministro do Exército, general Leonidas, dá entrevista na chegada de Sarney

Da Sucursal de Brasília e da Reportagem Local

O ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, disse ontem que vai "trabalhar" pela supressão, no segundo turno de votações do Congresso constituinte, da jornada de seis horas em empresas que trabalham em turno de revezamento, aprovada em primeira votação. Leonidas disse que foi procurado por representantes de empresas nacionais e multinacionais, que lhe relataram as dificuldades que terão caso a jornada seja mantida. O ministro concorda com a argumentação dos empresários.

Leonidas afirmou que "a jornada de seis horas vai trazer sérios prejuízos à siderurgia nacional". E acrescentou: "O prejuízo é de horário de trabalho. Os ciclos de seis horas não se harmonizam com os interesses." Indagado sobre qual será o método que utilizará para convencer os constituintes, Leonidas

disse apenas que "vou trabalhar contra, mas não pessoalmente".

Ao ser questionado sobre quais os itens que os militares gostariam de ver suprimidos no texto constitucional, Leonidas disse que "são inúmeros", ressaltando que não teria condições de especificá-los. "Na minha opinião, são 42." Leonidas fez estas declarações na Base Aérea de Brasília, após a cerimônia de recepção ao presidente José Sarney, que ontem retornou de sua viagem.

A posição crítica do general Leonidas Pires Gonçalves e de diretores de empresas multinacionais em relação à jornada máxima de seis horas é compartilhada por outros membros do governo federal. O chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, colega do general Leonidas no ministério Sarney, colecionou críticas ao artigo que partiram, em sua maior parte, de duas empresas do próprio governo: Petrobrás e Siderbrás.

"O limite de seis horas é um problema para muitas empresas do setor privado mas também para algumas estatais", disse Costa Couto à Folha. Os presidentes das duas empresas, separadamente, levaram suas queixas na última semana ao líder do PFL no Congresso constituinte, deputado José Lourenço (BA). "Os custos da Siderbrás, em suas usinas siderúrgicas, iriam aumentar em 10% com o novo limite, diminuindo a competitividade do aço brasileiro no mercado", convenceu-se Lourenço.

"A operação das plataformas marítimas da Petrobrás ficaria simplesmente inviabilizada", acrescentou Lourenço identificou problemas também para a Marinha Mercante com o limite constitucional da jornada. "Os nossos navios teriam que diminuir o espaço reservado para a carga e aumentar o espaço da tripulação, para que coubessem os novos marujos necessários ao cumprimento da jornada de seis horas".

PMDB e PFL analisam supressivas

Da Sucursal de Brasília

Os líderes do PMDB e do PFL no Congresso constituinte, deputados Nelson Jobim (RS) e José Lourenço (BA), encontram-se hoje às 9h para um cruzamento das sugestões de emendas supressivas dos dois partidos ao texto do relator Bernardo Cabral. As 11h, Jobim faz o mesmo

com os partidos de esquerda, discutindo supressões com os líderes do PDT, PT, PSB, PC do B e PCB.

Nelson Jobim pretende protocolar até às 16h todas as emendas da liderança do PMDB. O prazo termina às 24h. A maior parte delas deve ser de correção e não de supressão de artigos e itens do texto. Para

registrá-las, o líder do PMDB dispõe de 60 formulários de apresentação de emendas, assinadas em branco por parlamentares de seu partido.

O líder do PFL dispõe de 24 formulários. Todos confiam, no entanto, que haverá presença suficiente de parlamentares para suprir com suas assinaturas a apresentação de emendas ao texto.

Planalto fará reunião para definir emendas supressivas para 2º turno

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney tem prazo até meia-noite de hoje para definir o que o governo deseja suprimir ou corrigir no texto do relator Bernardo Cabral, dar forma às emendas e conseguir assinaturas de parlamentares para registrá-las na secretaria do Congresso constituinte. O trabalho será detonado por um telefonema de Sarney ao ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, determinando hora, local e convidados para uma reunião decisiva.

Da reunião devem participar, em princípio, todos os ministros, além de Costa Couto, que têm sugestões em áreas específicas, mais os líderes governistas na Câmara (José Lourenço, PFL-BA, e Carlos Sant'Anna, PMDB-BA) e no Senado (Marcondes Gadelha, PFL-PB, e Saldanha Derzi, PMDB-MS) e o consultor-geral da República, Saulo Ramos. Costa Couto, Saulo Ramos, Mailson da Nóbrega e o assessor do Gabinete Civil Maurício Vasconcelos discutiram alguns pontos ontem à tarde no Palácio do Planalto.

Supressões

Eles analisaram uma lista de mais de 40 itens, que Costa Couto entregou a Sarney quando o presidente chegou da China na Base Aérea de Brasília, além de outras 50 sugestões do consultor-geral. As emendas do governo pretendem suprimir desde a jornada máxima de seis horas para trabalho em turnos contínuos até o artigo 23 das Disposições Transitórias, que permitirá a ressurreição da figura do marechal em tempos de

Os itens que o governo quer suprimir

Estes são alguns dos itens que o governo quer suprimir no 2º turno:

★ Artigo 23 das Disposições Transitórias: permite que o funcionário público, no momento de se aposentar, utilize as normas que regiam o serviço público na época de sua admissão. No caso dos militares, esse artigo permitiria, por exemplo, que o ministro Bayma Denny, general de divisão, passe para a reserva como general de exército e com soldo de marechal. Essa era a regra quando ele entrou para a Força e só foi modificada em 1966 por um decreto do ex-presidente Castello Branco. Os próprios ministros militares querem suprimir o artigo, pelos custos que representa.

★ Artigo 5º, LXII: diz que "ninguém

será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente". O governo quer suprimir pelo menos a palavra "judiciária", para que delegados, por exemplo, possam determinar a prisão de suspeitos.

★ Artigo 7º, XIII: define em seis horas a jornada máxima de trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento. Suprimir pelo menos a expressão "máxima".

★ Artigo 53 das Disposições Transitórias: concede anistia da correção monetária aos empréstimos tomados em instituições financeiras por microempresas e pequenas empresas, pequenos e médios produtores rurais.

paz, extinta em 1966 pelo ex-presidente Castello Branco, ele próprio um marechal.

"O governo gostaria de corrigir não só questões que vão regulamentar o relacionamento entre o Executivo e os demais poderes da República, mas também algumas questões relacionadas com o interesse nacional", disse à Folha o ministro Ronaldo Costa Couto, antecipando que a lista sugere correções "do primeiro ao último título do texto".

Costa Couto disse que "o governo optou por participar do segundo turno, e essa atitude não é uma intromissão indevida na Constituinte, como querem alguns, mas um dever do governo de apresentar suas sugestões".

Ao presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, Sarney informou na Base Aérea que o governo pretende "concentrar suas emendas, de modo a não dilatar muito o prazo de votação", segundo Ulysses. O deputado, que disse não ter discutido com Sarney "o teor das sugestões do governo", manteve após a conversa sua convicção de que "não haverá muitas mudanças no segundo turno, porque estariam escrevendo uma nova Constituição".

Na reunião de hoje, será feito um cruzamento das sugestões do governo com as que já foram apresentadas por deputados do PFL e do Centrão. "As emendas do PFL podem coincidir com as do governo mas não são necessariamente as mesmas", disse Lourenço.



Sorridente, Sarney cumprimenta o ministro Costa Couto na Base Aérea de Brasília na chegada da viagem à China

Sarney chega com hino do Maranhão

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney retornou ontem, às 12h24, de sua viagem de dez dias à China. Foi recepcionado na Base Aérea de Brasília por nove ministros e pelo presidente do Congresso constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. Os dois conversaram e por alguns momentos ficaram de braços dados.

Caminharam pela pista do aeroporto até onde se postava a banda da

Força Aérea Brasileira (FAB), que executou o Hino Nacional, como de praxe. Quando Sarney caminhava para cumprimentar as autoridades presentes, foi executado — excepcionalmente — o Hino do Maranhão.

Sarney permaneceu na sala de autoridades do aeroporto durante 40 minutos. Segundo o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, o presidente "estava exausto, muito cansado" e por isso seguiu direto para o Palácio da Alvorada".

cancelando sua participação na missa celebrada por d. José Freire Falcão, primeiro cardeal de Brasília.

Costa Couto entregou a Sarney um documento com 42 emendas supressivas para o segundo turno de votação do projeto de Constituição. O texto foi coordenado por Costa Couto e pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, e obteve subsídios de dez ministérios e dos líderes do governo no Congresso.

PT quer volta de cartaz com 'traidores'

Da Reportagem Local

A Executiva nacional do PT, reunida ontem São Paulo, decidiu "estimular" o movimento sindical a confeccionar cartazes e panfletos para pressionar os membros do Congresso constituinte durante o segundo turno de votação. "Não podemos admitir a supressão dos pequenos avanços que os trabalhadores já conseguiram e consideramos essa forma de manifestação muito válida", afirmou o deputado federal gaúcho Olívio Dutra, 47, presidente nacional petista. Depois da definição do mandato do presidente Sarney, a Central Única dos Trabalhadores imprimiu cartazes classificando de "traidores" parlamentares cincoanistas, criando polêmica com os que se consideraram ofendidos.

Mesmo não fazendo uma avaliação totalmente favorável do primeiro turno, a cúpula do partido acha que o texto aprovado foi além do que a correlação de forças permitiria prever. Mesmo assim, não se satisfaz com o obtido. "As expectativas do povo brasileiro são maiores", argumentou Olívio. O dirigente petista disse também que existem dois "perigos" no segundo turno: a pressão das empresas multinacionais, "que ameaça a soberania do país", e a feita pelos "grandes grupos privados nacionais, que deseja derrubar as conquistas sociais".

Olívio listou como inegociáveis, entre outros pontos, a jornada semanal de 44 horas, o direito de greve, a jornada de seis horas em empresas que trabalham em turno de revezamento e o mandato de injunção. Entre as emendas supressivas que o partido apresentará no segundo turno, ele afirmou que se enfatizará a necessidade de inclusão dos latifúndios produtivos como áreas passíveis de desapropriação para reforma agrária, a condenação à limitação em 70 do número de deputados federais por Estado e uma que estabeleça o fim do "absolutismo do direito de propriedade".

Embora não tenha fechado questão, o PT estuda a possibilidade de não assinar a próxima Constituição.

"Se todos os direitos sociais e trabalhistas forem golpeados no segundo turno, poderemos tomar essa atitude", declarou Olívio. Para combater as pressões que identifica contra o que considera avanços, a bancada petista deve se reunir hoje em Brasília com representantes do PSDB, PSB, PCB, PC do B e PDT, a fim de articular a estratégia para a votação do segundo turno. Até agora, os partidos que se reivindicam "progressistas" têm 182 emendas.

O presidente nacional do PT defendeu também que as centrais sindicais de trabalhadores peçam uma audiência ao presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, a exemplo do que fizeram líderes empresariais.